



LEI Nº 457/2017, de 25 de julho de 2017.

EMENTA: “Altera a Lei Municipal n.º 388/2015”.

*A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BARRA APROVA E EU SANCIONO E PROMULGO
A SEGUINTE LEI:*

Art. 1º - O anexo I da Lei Municipal n.º 388/2015, na parte que trata das atribuições do Cargo de Analista Jurídico, passa a ter a seguinte redação:

Atribuições do Cargo de Analista Jurídico

- I** - executar tarefas dando suporte e apoio técnico e administrativo às atividades previstas no Regime Próprio de Previdência Social;
- II** - atender os servidores municipais prestando esclarecimentos quanto aos benefícios concedidos pelo RPPS - (Regime Próprio de Previdência Social), se necessário;
- III** - conferir documentos para certificação de direito ou não de concessão de benefícios (aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-maternidade, auxílio-reclusão, salário-família), observando-se legislação vigente;
- IV** - a partir da efetivação do requerimento de aposentadoria e pensão, solicitar ao ente empregador os documentos para preparação do processo;
- V** - remeter os processos de aposentadorias e pensões ao TCERJ, para exame da legalidade dos atos de aposentadoria e pensão do servidor público;
- VI** - enviar os atos de aposentadoria e pensão para o Departamento de Administração do Município para publicação e validação dos atos;
- VII** - enviar os atos de aposentadoria por invalidez ao ente empregador para sua ciência;



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura de São João da Barra

VIII - acompanhar inspeções do TCERJ - Tribunal de Contas do Estado de Rio de Janeiro;

Subsidiar auditorias do MPS - Ministério da Previdência Social;

IX - consultar periodicamente a legislação previdenciária, bem como a legislação correlacionada, para acompanhamento das suas alterações;

X - conferir os documentos recebidos do ente empregador, comparando os dados dos documentos entre si e com os documentos pessoais do servidor, para que os processos não sejam devolvidos pelo TCERJ;

XI -solicitar informações ao TCERJ para sanar dúvidas quanto à confecção de documentos;

XII - registro dos processos de pensões e aposentadorias, transcrevendo-os em livro próprio garantindo sua autenticidade;

XIII -providenciar documentos de aposentadorias e pensões para análise de legitimidade pelo Conselho Administrativo;

XIV - preparar arquivos para Avaliação Atuarial, através de levantamento de valores gastos com benefícios, apresentação do rol de benefícios e das alíquotas de contribuição e conferência dos dados cadastrais necessários para avaliação;

XV- emitir Certidão de Contribuição para averbação de outros órgãos previdenciários;

XVI Contribuir na elaboração de projetos de lei, analisando legislação para atualização e implementação, assistindo a Diretoria Executiva;

XVII - Zelar pelos interesses do SJBPREV na manutenção e integridade dos seus bens, facilitando negócios, preservando interesses individuais e coletivos, dentro dos princípios éticos e de forma a fortalecer o estado democrático de direito.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura de São João da Barra

XVIII - Assessorar o Diretor Executivo da SJBPREV em todos os assuntos de cunho institucional/legal;

XIX – Emitir Parecer Jurídico nos processos de aposentadoria, pensão e auxílio-doença;

XX – Emitir pareceres sobre procedimentos administrativos que impliquem matéria jurídica, tais como processos administrativos, sindicâncias, licitações e etc., bem como as minutas de contratos, convênios, e outros documentos da espécie a serem firmados pelo Diretor Executivo;

XXI - Revisar a confecção de documentos oficiais;

XXII - Promover ações e processos junto aos Cartórios, Tribunais, Ministério Público, Ministérios, etc.;

XXIII - Articular-se com a Procuradoria Geral do Município nos assuntos de interesse comum;

XXIV - Representar judicialmente o Instituto de Previdência Municipal de São João da Barra– SJBPREV em todas as ações em que for demandante e/ou demandado, podendo, sem prejuízo do representante legal, receber citações e intimações;

XXV - Desempenhar outras atividades correlatas.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, mantidos os demais artigos da Lei Municipal n.º 388/2015.

São João da Barra, 25 de julho de 2017.

CARLA MARIA MACHADO DOS SANTOS

Prefeita